



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

EULEIDE ARAÚJO SILVA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): QUALIDADE
DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS - BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

EULEIDE ARAÚJO SILVA

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS - BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S579p

Silva, Euleide Araújo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) : qualidade da alimentação escolar no município de Lauro de Freitas - Bahia / Euleide Araújo Silva. - 2018.

37 f. : il. color.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

I. Merenda escolar - Lauro de Freitas (BA) - Controle de qualidade. I. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 371.716

EULEIDE ARAÚJO SILVA

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): QUALIDADE
DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS - BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 14/07/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Vilma Coelho Moreira Faria (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Marília de Franceschi Neto Domingos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Joilma Menezes Sales da Cruz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso, que me concedeu essa missão e fez com que eu mim superasse a cada dia, dando-me serenidade e resiliência para continuar. Obrigada Senhor!

A Tutora Joilma Menezes do Campus dos Malês, nos encontros presenciais e nos esclarecimentos das dúvidas, foram momentos construtivos para minha formação pessoal e acadêmica que me ajudaram a me encorajar para os desafios do curso.

A todos os professores e tutores do curso de pós-graduação em gestão pública 2017.1, que me acompanharam durante o curso e foram tão importantes na realização deste trabalho.

Gostaria de agradecer aos participantes da banca examinadora, por disponibilizar parte de seu tempo para poder contribuir com meu trabalho. Obrigada.

Dedico esta conquista, aos meus pais, aos meus avôs (in memória), e toda minha família, que sempre estiveram me apoiando e incentivando para jamais desistir dos nossos sonhos. Este sonho foi conquistado graças à confiança de todos vocês, obrigada por tudo!

Aos meus amigos e colegas, pela amizade, pela colaboração, pelos conselhos e incentivos, pelo carinho, pelas risadas e pelos momentos incríveis que passei com todos vocês, sentirei saudades de todos.

Desejo apresentar meu carinhoso agradecimento a todos os entrevistados DIRETORES, e ALUNOS que foram essenciais para a construção do trabalho, pelo carinho e atenção, pela disposição de tempo, pela generosidade em ajudar no que fosse necessário.

Obrigada!

“Todos os caminhos estão errados quando
você não sabe aonde quer chegar.”

William Shakespeare.

RESUMO

O presente trabalho investiga como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é executado em conformidade com suas diretrizes, buscando o entendimento dos atores envolvidos (gestores e alunos), no ambiente escolar, em específico, nas Escolas Municipais de Lauro de Freitas/Bahia. Para realizar a análise da merenda escolar servida e a execução do programa, a metodologia utilizada foi um estudo qualitativo, na análise do PNAE; e quantitativo, na sistematização dos resultados de questionário aplicado para os alunos. Para o estudo também fez-se uso de entrevistas semi-estruturadas, com cinco gestores envolvidos com o Programa e aplicou-se um questionário de aceitabilidade dos pratos ofertados na escola para um total de vinte alunos do 3º e 7º ano das escolas da rede municipal. Constatou-se que a alimentação escolar tem sido aprimorada, estabelecendo mudanças significativas da trajetória da política pública. No município de Lauro de Freitas foi observada uma satisfação e uma aceitabilidade da alimentação servida nas escolas, porém precisando fortalecer a compra direta de alimentos através da agricultura familiar local, assim gerando desenvolvimento econômico e sustentável para os municípios, com isso contribuindo para a promoção de novos comportamentos e hábitos alimentares dos alunos. Contudo os gestores passaram a ter uma compreensão da política pública (PNAE) e a importância do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), os alunos compreenderem a importância de uma alimentação saudável e o impacto para sua vida quando adulta.

Palavras-chave: Merenda escolar - Lauro de Freitas (BA) - Controle de qualidade. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil).

ABSTRACT

The present work investigates how the National School Feeding Program (PNAE) is implemented in accordance with its guidelines, seeking the understanding of the actors involved (managers and students) in the school environment, in particular, in the Municipal Schools of Lauro de Freitas / Bahia. To perform the analysis of the school meals served and the execution of the program, the methodology used was a qualitative study, in the analysis of the PNAE; and quantitative, in the systematization of the results of the questionnaire applied to the students. The study also made use of semi-structured interviews with five managers involved with the Program and a questionnaire of acceptability of the dishes offered at the school was applied to a total of twenty students of the 3rd and 7th year of the schools of the municipal network. It was found that school feeding has been improved, establishing significant changes in the public policy trajectory. In the municipality of Lauro de Freitas, it was observed a satisfaction and an acceptability of the food served in schools, but it needed to strengthen the direct purchase of food through the local family agriculture, thus generating economic and sustainable development for the citizens, thereby contributing to the promotion of new behaviors and eating habits of the students. While managers have an understanding of public policy (PNAE) and the importance of the School Feeding Council (CAE), students understand the importance of healthy eating and the impact on their adult lives.

Keywords: National School Feeding Program (Brazil). School lunch - Lauro de Freitas (BA)
- Quality control.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	Distribuição dos alunos na rede municipal de ensino na PMLF	19
Gráfico 1	Você gosta da merenda oferecida na escola?	22
Gráfico 2	Você come a merenda oferecida pela escola?	23
Gráfico 3	Motivo da não aceitação da merenda escolar	23
Gráfico 4	A merenda na escola é importante para você?	24
Gráfico 5	Por que a alimentação na escola é importante?	25
Gráfico 6	A quantidade servida é suficiente ou insuficiente?	25
Tabela 2	Tipos de valores <i>per capita</i> dos repasses institucionais -Governo Federal, ano 2017	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CF	Constituição Federal
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CME	Campanha de Merenda Escolar
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar
CPD	Centro de Processamento de Dados
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Medida Provisória
PMLF	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) – BREVE HISTÓRICO	12
3	LOCAL DA PESQUISA	18
3.1	REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LAURO DE FREITAS -BAHIA	18
3.2	COLETA DE DADOS	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	20
4.2	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	26
4.3	ALIMENTAÇÃO	26
4.4	SAÚDE	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34
	APÊNDICE	35

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo aplicada a partir da titulação: Qualidade na Merenda Escolar no Município de Lauro de Freitas/Bahia. Trata-se do produto de avaliação do Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Neste sentido, o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar a execução do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Lauro de Freitas-Bahia, bem como a qualidade da alimentação escolar, na construção da educação alimentar e nutricional, a partir do resgate da opinião dos diferentes executores do PNAE (gestores escolares) e dos beneficiários (os alunos).

A escolha do tema se deu pelo interesse da autora em identificar a adesão e a aceitação da alimentação escolar e seus determinantes sob o ponto de vista dos atores envolvidos beneficiários (alunos) e gestores escolares do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e verificar a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) na execução no PNAE.

Diante deste cenário o presente trabalho investiga como os gestores escolares e os alunos avaliam a qualidade e quantidade da merenda servida nas escolas municipais de Lauro de Freitas-Bahia.

A pesquisa tem a intenção de compreender como a merenda escolar é ofertada, sua importância (qualidade, quantidade) e os desafios encontrados na sua execução neste município.

A necessidade de explanar sobre o assunto para compreender o papel do Estado no cumprimento da Constituição Federal e como os municípios e os estados estão conduzindo essas Diretrizes do PNAE foi bastante produtivo, pois os atores envolvidos já consegue identificar qual a real contribuição da máquina pública e suas obrigações com a educação no país e no município de Lauro de Freitas. Ainda assim se faz necessário o esforço constante dos profissionais envolvidos, dos alunos e da comunidade em geral para garantir que os programas de alimentação escolar sejam constantemente seguidos e adequações feitas de acordo com a necessidade e aceitação por parte dos beneficiados (alunos).

Com a intervenção da pesquisa os gestores perceberam a necessidade de criar um projeto de horta escolar para praticar com os alunos hábitos saudáveis de alimentação para o consumo, sustentabilidade econômica e ambiental na comunidade e na escola.

O PNAE é um programa de ação governamental, implantado em 1955, que propõe

oferecer uma complementação na merenda escolar nos Estados, Distritos e Municípios, com ajuda financeira conforme a modalidade de ensino dos escolares (FNDE, 2015). Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2015), o programa coopera “para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis”, sendo essa contribuição desenvolvida a partir da alimentação escolar e por ações de educação alimentar e nutricional para os escolares, que são o público alvo do programa. Para que o PNAE consiga eficiência na sua implementação, todos os profissionais envolvidos (Entidades Executoras, o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, e o nutricionista responsável técnico) devem agir em conjunto para sua execução, promovendo uma alimentação escolar saudável e adequada, além do respeito à cultura, tradições e hábitos alimentares, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável, por meio da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e empreendedor familiar rural (Brasil, 2012b).

O PNAE é considerado, de fato, um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, por ser o único com atendimento universalizado, ou seja, atende a todos os alunos matriculados nas escolas públicas, da creche ao ensino fundamental, indiferentemente de classe, cor ou religião. Para o Ministério da Educação, o PNAE é visto como uma oportunidade não só de oferecer alimentos que preencham a falta das necessidades nutricionais dos alunos, no período em que estão na escola, mas também de contribuir para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis na comunidade local e escolar.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para melhor entender como funciona a política pública da alimentação escolar na rede municipal de ensino da educação básica de acordo com os critérios do PNAE, criou-se uma busca pela realidade e da aplicabilidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar e como ela interage com os atores envolvidos no tema em questão.

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) – BREVE HISTÓRICO

O PNAE é um dos mais antigos programas sociais do Brasil, voltado para a

alimentação escolar e inserido, desde 2003, na estratégia Fome Zero. Conforme alguns autores, ações vinculadas a este programa tiveram início em 1954, sofrendo mudanças no discurso da organização estrutural de processos centralizados a descentralizados ao longo do tempo (FROEHLICH, 2010, pg.23).

Segundo Stolarski (2014, pg. 13), existem relatos históricos que apontam a ação de fornecimento de alimentação escolar desde o ano de 1908, por iniciativa da ação da maçonaria realizada no Estado do Mato Grosso. Esta autora indica também que, em 1924, havia a ajuda voluntária para a alimentação em escolas de Minas Gerais, sendo uma ação de construção de pais e mestres, sustentados pelo Caixa Escolar¹. De modo geral, é a partir de 1930 que ocorrem algumas ações voltadas à alimentação escolar, de estados mais desenvolvidos economicamente, os quais passaram a se responsabilizar pelo fornecimento da alimentação escolar. Mas, foi somente no início da década de 1940, que o Instituto de Nutrição passou a defender que o Governo Federal arcasse financeiramente com a garantia da alimentação escolar.

Para contextualizar o programa, lembra-se que no início dos anos de 1950, houve a criação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, e estruturou-se o Programa de Merenda Escolar, vinculado diretamente à região Nordeste, considerada uma das regiões com índices de desnutrição e fome alarmantes (NASCIMENTO, 2009, pg.205). Em 1955, a Campanha de Merenda Escolar (CME), de responsabilidade do Ministério de Educação, promoveu uma organização de ações em abrangência nacional, com parceria de organizações internacionais na ajuda à garantia alimentar da população e criou um programa para atender a alimentação de crianças, vinculado ao Programa Mundial de Alimentos da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) (FROEHLICH, 2010, pg.23)

Observa-se que o PNAE foi marcado pelas doações internacionais até fins dos anos de 1970. Com a “quebra” de donativos dos EUA para programas alimentares a partir de 1976, o programa da merenda escolar passou a ser financiado por recursos do governo brasileiro, de responsabilidade do Ministério da Educação, o qual entendia ser importante dar continuidade para garantir a permanência das crianças nas escolas.

¹ A Caixa Escolar era uma instituição jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cuja função era administrar recursos financeiros da unidade de ensino oriundos da União, Estados e Municípios, e aqueles de arrecadação própria (contribuição de pais e comércio local). Os recursos recolhidos destinavam-se à aquisição de bens e serviços necessários à melhoria das condições de funcionamento do prédio escolar e de suprir necessidades básicas de alunos sem condições de estudo, fornecendo-lhe uniforme, sapato, livros, material escolar e alimentação. (MIELNICZUCK, 2005, p. 32).

De um modo geral, a questão alimentar entre os anos de 1950 a 1970 estava voltada à discussão da fome atrelada à capacidade de produção alimentar, sendo o programa de merenda escolar uma ação importante para combater a desnutrição. Entendia-se que a melhoria das condições nutricionais das crianças era um instrumento na alimentação infantil, propiciar a diminuição dos índices de evasão escolar e, também, melhorias no rendimento de aprendizagem (ABREU, 1995, pg.7; FRIEDMAN, 2000, pg. 1).

Os discursos sobre o Programa, ao longo dos anos, sofreram modificações, porém o Programa manteve o foco na alimentação escolar. Por exemplo, as ações desenvolvidas em 1955 discursavam sobre o combate à desnutrição e à fome das crianças, enquanto hoje o discurso e as ações propostas pelo PNAE defendem a segurança alimentar no acesso e na qualidade da alimentação escolar ofertada aos escolares.

Temas como miséria, educação alimentar, desnutrição, segurança alimentar e nutricional direito humano à alimentação, alimentação saudável, adequação da merenda escolar, responsabilidade social, hábitos alimentares, diversidade cultural, aquisição de produtos da agricultura familiar, desenvolvimento econômico local e diferenciação de valores têm sido associados ao PNAE. Este programa tem por princípios a universalidade, o controle social, a continuidade, a equidade e a descentralização das ações (FROEHLICH, 2010, pg. 27; STOLARSKI, 2014, pg. 13).

Verifica-se que o programa, ao longo do tempo, foi sofrendo novos rumos para enfrentar problemáticas no tema da alimentação (GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2014, pg. 03). Neste sentido, percebe-se que o PNAE agregou temáticas e dimensões subentendendo novos objetivos e novas ações:

Na atualidade, o PNAE tem como objetivos principais suprir as necessidades nutricionais diárias dos alunos, contribuir para a redução de evasão escolar, favorecer formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes do país, dentro da política de segurança alimentar (BRASIL, 2009 *apud*. FROEHLICH, 2010, pg. 27).

Simultaneamente à essa agregação de objetivos ao PNAE, houve a construção e conceituação do tema da segurança alimentar e nutricional (SAN):

SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômico e socialmente sustentável (MDS, 2015).

Na década de 1990, começam a vigorar regulamentações estabelecidas pela constituição de 1988, incluindo a descentralização política financeira que tornou os municípios responsáveis pela execução de grande parte das políticas públicas. Em 1994, foi dado início ao processo de descentralização dos recursos para execução do PNAE. Mediante a celebração de convênios, a responsabilidade ao atendimento da alimentação escolar dos alunos de escolas públicas não federalizadas foi transferida aos estados e municípios. A descentralização foi consolidada em 1998, quando a transferência dos recursos passou a se dar de maneira automática, sem a necessidade de realização de convênios.

Em 2009, foi aprovada a nova legislação do PNAE (Lei nº 11.947), trazendo importantes mudanças na execução do programa. Entre elas, destaca-se a obrigatoriedade de aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Para tanto, deveriam ser utilizados pelo menos 30% do montante total de recursos destinados à execução do programa, provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As medidas adotadas pelo PNAE são de caráter efetiva e permanente com o objetivo de fomentar e fiscalizar a alimentação escolar de qualidade e adequada para os alunos em idade escolar, com isso a agricultura familiar tende a crescer e barganhar avanços socioeconômico e cultural.

Para que o PNAE consiga eficiência na sua implementação, todos os profissionais envolvidos (Entidades Executoras, o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, e o nutricionista responsável técnico) devem agir em conjunto para sua execução, promovendo uma alimentação escolar saudável e adequada, além do respeito à cultura, tradições e hábitos alimentares, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável, por meio da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e empreendedor familiar rural (Brasil, 2012b).

Ainda, a Lei 15.072/2004 em associação com a Lei 18.372 de 04 de setembro de 2009, define que lanches e bebidas fornecidos gratuitamente ou comercializados em escolas públicas e privadas devem ser preparados de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos, de maneira a garantir a qualidade nutricional dos alunos, sendo proibidos (exceto em festas comemorativas promovidas pela escola) alimentos que apresentem altos teores de calorias, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, ou poucos nutrientes, tais como frituras, salgados e doces de massa folhada, biscoitos, doces, molhos calóricos, bebidas artificiais, salgadinhos e pipocas industrializadas, apressentados e embutidos, sanduíches e pizzas, promovendo a saúde e impedindo a obesidade infantil (Minas Gerais,

2004; 2009; 2010).

Segundo Garcia (1994, p. 9), os hábitos e comportamentos alimentares representam um processo de autonomia do indivíduo, pois constitui traços de identidade cultural, em que a complexidade da alimentação desenvolve ligações intermediadas pelo simbolismo e pelos significados que tendenciam as disposições a um ou outro alimento.

A representação social é a construção mental da realidade, que possibilita a compreensão e organização do mundo, bem como orienta o comportamento. Os elementos da realidade, os conceitos, as teorias e as práticas são submetidos a uma reconstituição a partir das informações colhidas e da bagagem histórica (social e pessoal) do sujeito, permitindo, dessa forma, que se tornem compreensíveis e úteis (GARCIA, 1994, p.11).

Escolas públicas são locais que atendem grande número de pessoas vulneráveis em relação à nutrição e questões socioeconômicas, e por isso, deve-se atentar para as condições do alimento servido já que, muitas vezes, esse alimento é a única refeição consumida do dia pelos escolares (Brasil, 2006). Além disso, a instituição escolar participa expressivamente da vida dos alunos quanto à formação de opiniões e conceitos, atuando como referência para a implantação de programas educativos (Campos & Zuanon, 2004).

Por meio da conquista da Lei 11.947/2009 e da resolução CFN 465/2010, zelar pela preservação, promoção e recuperação da saúde, alimentação e nutrição no ambiente escolar, as normas que abordam a atuação do nutricionista no âmbito do PNAE estabelecem que este profissional seja o responsável por um conjunto de ações técnicas tais como: realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional; planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar; propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar; planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção de compra armazenamento, produção e distribuição dos alimentos; interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações; participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para a aquisição de gêneros alimentícios; assessorar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no que diz respeito à execução técnica do PNAE (BRASIL, 2012b).

Vale sinalizar que a compreensão do conceito de SAN dentro do PNAE concentra-se nas ações de educação alimentar, garantia de alimentos adequados e saudáveis e respeito à diversidade cultural, vinculando diretamente alimento e saúde, como garantia de segurança alimentar.

Entende-se que uma política pública parte da perspectiva de atuação do Estado, sendo

esse o promotor, incentivador, zelador da responsabilidade na garantia do bem-estar dos escolares, da alimentação escolar de iniciativas transformadoras de caráter complexo na construção de políticas públicas (GOBERT & MULLER, 1987 *apud apud STOLARSKI, 2014, pg. 32*).

A abordagem da pesquisa é caracterizada como qualitativa. Esta segundo Oliveira (2001) buscar analisar as variáveis envolvidas em um fenômeno ou fato, a fim de explicá-los. Sendo esta realizada a partir da observação e correlacionando informações. A observação pode ser realizada na vida real, no próprio local onde o evento ocorre, em um ambiente normal e cotidiano, registrando-se os dados à medida que forem ocorrendo, ou em laboratório, que requer condições especiais, geralmente exige organização cuidadosa e controlada, o uso de equipamentos adequados possibilita observações mais rigorosas. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo desta pesquisa.

A metodologia utilizada no objeto de estudo é caracterizada como descritiva sendo realizada por pesquisa bibliográfica em fontes primárias e fontes secundárias. Sendo, portanto uma pesquisa que tem como público alvo estudantes da rede do ensino básico municipal de Lauro de Freitas. A pesquisa traz novas expectativas, visto que se propõe apontar as observações na operacionalização do município de acordo com a proposta da política pública (PNAE) e faz surgir interesses pelas temáticas envolvidas.

3 LOCAL DA PESQUISA

Lauro de Freitas é um município da Região Metropolitana de Salvador, no Litoral Norte do estado da Bahia, no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2017 sua população era estimada em 197 636 habitantes. No último censo realizado em 2010 identificou que o município não possui área rural, ou seja, é considerada área urbana. O município é um dos que mais crescem no país e foi considerado o quarto município que mais gerou empregos no ano de 2009, fato que se repete ao longo dos anos. (IBGE, 2017).

3.1 REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LAURO DE FREITAS - BAHIA

De acordo com o IBGE (2015), os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.6. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta

cidade na posição 198 de 417. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 109 de 417. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.2 em 2010. Isso posicionava o município na posição 227 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 3382 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Conforme a pesquisa realizada no senso escolar pelo INEP em 2017 o município de Lauro de Freitas possui 27.000 alunos matriculados na educação básica (creche, pré-escola, fundamental e eja), possuem atualmente 80 unidades escolares, sendo 68 escolas e 12 creches. A distribuição dessas unidades e alunos nos diferentes níveis de educação é apresentada conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos alunos na rede municipal de ensino na PMLF

Etapas da educação	Unidades escolares	Nº de alunos
Creche	12	1.843
Pré-escola	11	2.996
Ensino fundamental	54	18.368
Eja – Ens. Fundamental	03	3.526

Fonte: Divisão de Estatística e CPD/SME/Maio, 2018.

Os dados da tabela acima são informações da Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas/BA, registrado no Departamento de Estatística e Centro de Processamentos de Dados, onde constam as distribuições de alunos na rede municipal de ensino.

3.2 COLETA DE DADOS

Para a elaboração do instrumento para coleta de dados foram utilizado dois métodos de caráter complementar para embasar o conteúdo estudado.

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável ou evasivo na vida real.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 193) e Thums (2003, p. 155), neste tipo de observação há um planejamento de ações, sendo uma observação direcionada, ao inverso da assistemática. Quadros, anotações, escalas, dispositivos mecânicos são alguns dos instrumentos que podem ser utilizados nessa observação.

A observação individual é a modalidade que requer a presença de apenas um pesquisador, a observação em equipe possibilita que o grupo observe a ocorrência por vários ângulos e surge a oportunidade de confrontar os dados coletados.

Para atender os objetivos da pesquisa foi delineado um questionário realizado em uma escola da rede pública municipal de educação de Lauro de Freitas.

O questionário foi trabalhado na rotina do gestor escolar e alunos da rede municipal, sobretudo, à disponibilidade do entrevistado. Talvez por isto, nota-se que suas repostas foram bem objetivas e pontuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os padrões de alimentação estão mudando rapidamente na grande maioria dos países e, em particular naqueles economicamente emergentes como o Brasil, a frequência da obesidade e o diabetes vêm aumentando gradativamente. Essas doenças estão relacionadas ao consumo excessivo de calorias e a oferta desequilibrada de nutrientes na alimentação, devido os relatos supracitados percebesse a importância de um bom cardápio escolar, para as crianças começarem a ingerir o que elas necessitam, e não o quem elas querem.

A escola deve ser o alvo dessa reeducação, pois segundo estudos realizados por Accioly (2009), a escola é um importante espaço para implementação e incorporações de valores, atitudes e ações que visem o estabelecimento de hábitos saudáveis de alimentação.

4.1 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os questionários foram aplicados em 05 escolas no município de Lauro de Freitas com 05 gestoras escolares e 20 alunos do 3º ao 7º ano do ensino fundamental, sendo 04 alunos por escola. As escolas participantes foram estrategicamente selecionadas por serem localizadas no mesmo bairro, possui escolas de grande porte, pelo nível socioeconômico e por ser um dos bairros mais populoso do município.

A metodologia utilizada neste estudo considerou uma revisão bibliográfica sobre o

PNAE e, ainda, o aprendizado sobre o conhecimento gerado na análise quanto à alimentação, saúde e educação. Neste sentido, utilizaram-se duas estratégias: a) refletir sobre o PNAE a partir de entrevistas com gestores públicos e atores sociais envolvidos em sua execução e; b) refletir sobre o PNAE a partir da observação-participante e de aplicação de questionário junto aos gestores escolar e alunos.

No estudo, o foco foi o espaço escolar no Município de Lauro de Freitas, em que se buscou verificar a aceitabilidade do cardápio escolar pelos alunos, a partir da merenda que é servida aos mesmos.

Entende-se que este seria o meio mais concreto de análise da execução do PNAE, a partir da percepção dos gestores, que embora possuam conhecimento sobre o Programa, são os principais atores na execução desta política pública.

O mecanismo de busca e acesso às informações sobre o PNAE em âmbito municipal foi à investigação e a análise de entrevistas com executores encarregados de funções dentro desta política pública no município. Neste sentido, foram entrevistados cinco (05) atores sociais envolvidos na dinâmica do PNAE: (01) a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação; (01) a secretaria da educação responsável pelo setor de merenda escolar, (01) o presidente do CAE; (01) a merendeira; (01) ajudante (serviços gerais), porém os questionários foram aplicados apenas aos atores diretamente ligados ao PNAE, gestores escolares e beneficiários (alunos).

As entrevistas realizadas seguiam um roteiro semi-estruturado, que com respostas fechadas para os entrevistados. Neste sentido, a cada entrevistado se perguntou sobre seu espaço de atuação frente ao PNAE e sobre sua percepção quanto à alimentação escolar. As entrevistas foram trabalhadas de diferentes formas devidas, sobretudo, à disponibilidade dos entrevistados. Por exemplo, na entrevista com a Secretaria de Educação responsável pela merenda escolar foi aplicado um questionário via email, pois a entrevistada alegou que não poderia atender pessoalmente por motivos de trabalho. Talvez por isto, nota-se que suas respostas foram bem objetivas e pontuais.

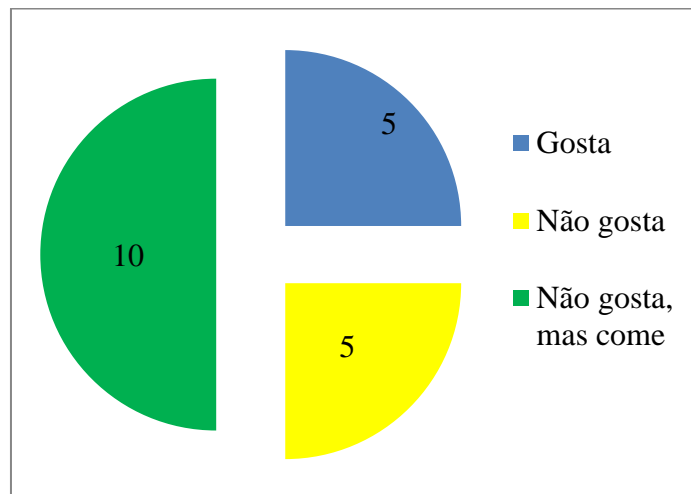
Na entrevista com a merendeira, buscou-se interagir mais com a entrevistada, deixando a mesma mais à vontade. Neste sentido, decidiu-se partir para um diálogo mais aberto, trazendo assuntos diversos, para criar um laço de confiança e, dentro disso, realizar as perguntas que não eram respondidas espontaneamente pela entrevistada. Observei que esta foi uma estratégia bem apropriada, pois a entrevistada tinha dificuldades de criar um diálogo.

Assim consegui que ela se sentisse mais segura. Constatei que estar no próprio ambiente de trabalho, a cozinha da central da merenda, deixou-a mais tranquila.

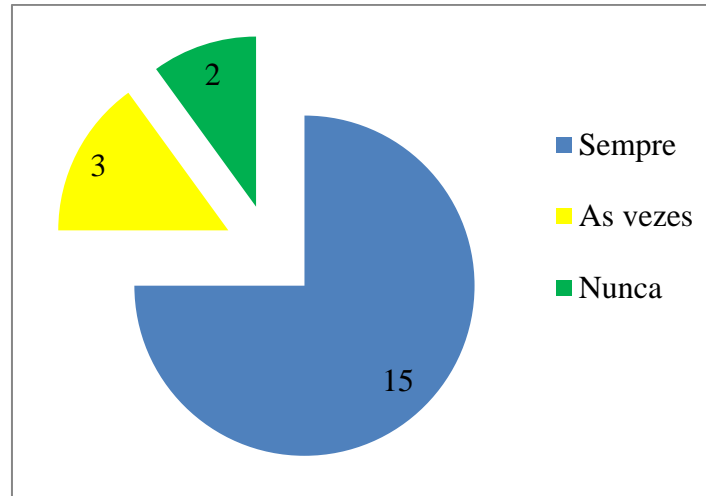
A entrevista com a nutricionista da secretaria municipal da educação, o Presidente do CAE e a Diretora da escola, foram realizadas por meios mais tradicionais, de forma presencial. Com cinco gestores entrevistados foi coletada a assinatura do termo de livre consentimento. Notei, a partir dessa aproximação entre entrevistados e entrevistador, uma conversa formal, por se tratar de uma entrevista e de comprometimento de informações. Pareceu-me uma relação mais direta sobre o assunto do estudo com os entrevistados e um espaço de construção de opiniões.

Os alunos foram questionados se gostam da merenda escolar (**Gráfico 01**), (10) afirmaram que não gostam, mas come, (05) afirmaram que gostam e (05) dizem que não gostam. Os mesmos também foram questionados se comem a merenda escolar (**Gráfico 02**) (15) relatam que sempre, (03) às vezes e (02) relatam que nunca comem.

Gráfico 1 - Você gosta da merenda oferecida na escola?



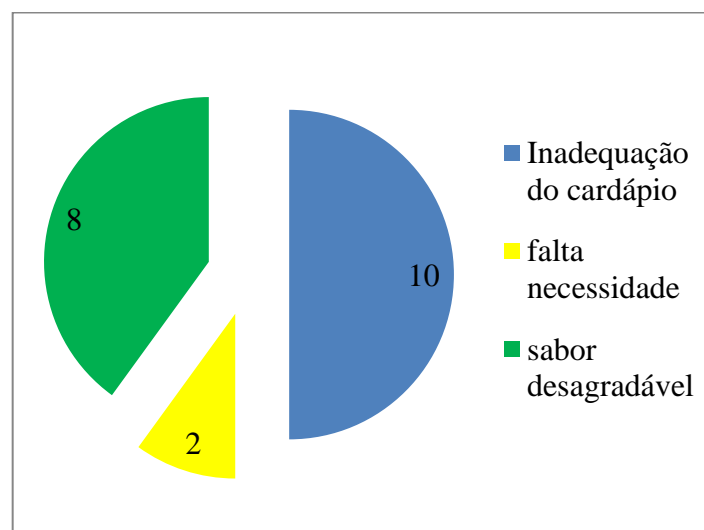
Fonte: Elaborada pela Autora. 2018.

Gráfico 2 - Você come a merenda oferecida pela escola?

Fonte: Elaborada pela Autora. 2018.

A alimentação saudável é essencial para manutenção e desenvolvimento, hábitos alimentares inadequados acarretam problemas de saúde, é necessário que os alunos comam o que é servido na escola, está alimentação variada, faz o organismo receber diversos nutrientes, onde servirá de apoio para uma alimentação sadia e para seu melhor rendimento escolar.

Quando os alunos foram questionados sobre o motivo da não aceitação da merenda escolar (**Gráfico 03**), (10) relatam que o cardápio é inadequado, (02), julga que faltam necessidades, e (08) o sabor é desagradável.

Gráfico 3 - Motivo da não aceitação da merenda escolar

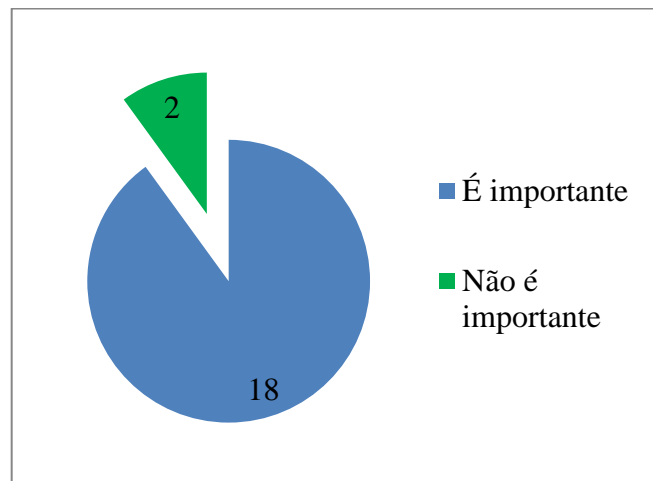
Fonte: Elaborada pela Autora. 2018.

O motivo da não aceitação por parte de alguns alunos consiste em maus hábitos

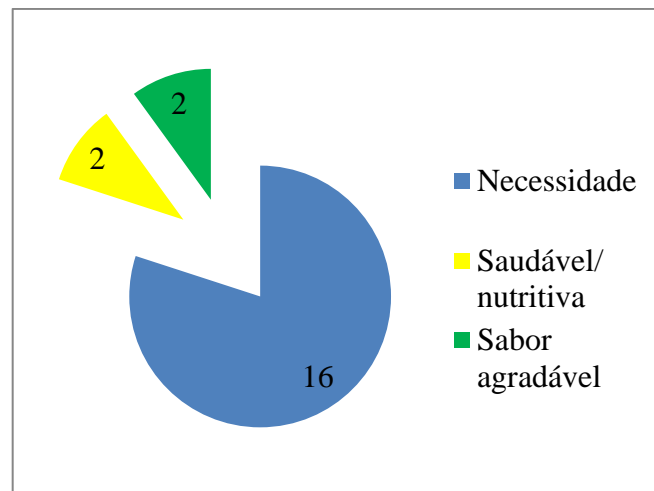
educacionais, percebe-se ainda que algumas crianças incluem em suas refeições, alimentos que querem, em vez de alimentos que necessitem. Quando questionados sobre alimentos que eles gostariam que fosse servido na escola, os alunos relataram que queriam pizza, lasanha, biscoito recheado, refrigerante, sanduíche, miojo, coxinhas, mousse, macarronada com queijo, entre outros alimentos que são verdadeiras bombas calóricas. Segundo Muniz; Carvalho (2007), alguns alunos demonstram limitar a alimentação escolar a uma merenda, um lanche, não a uma refeição.

Ao questionar os alunos sobre a importância da merenda escolar (**Gráfico 04**), **(18)** diz que é importante, e **(02)** diz que a merenda não é importante. Sobre o motivo da importância da merenda escolar (**Gráfico 05**), **(16)** julgam que é importante devido na hora do intervalo já estarem com fome, **(02)** julgam se saudável e nutritiva, e **(02)** relatam que o sabor é agradável.

Gráfico 4 - A merenda na escola é importante para você?

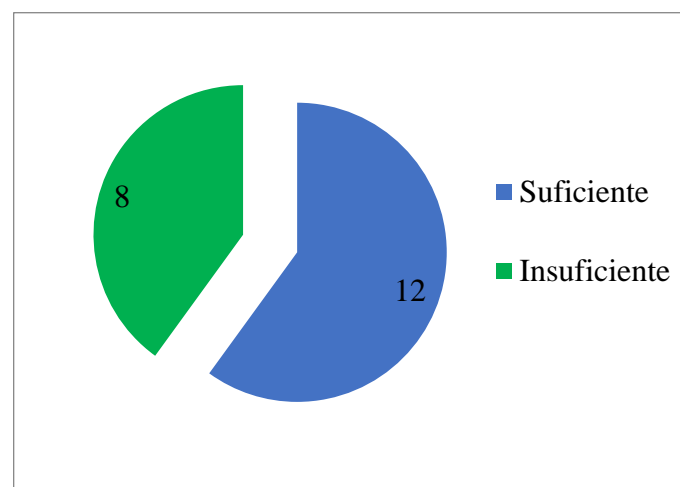


Fonte: Elaborada pela Autora. 2018.

Gráfico 5 - Por que a alimentação na escola é importante?

Fonte: Elaborada pela Autora. 2018.

Ao questionar os alunos sobre a quantidade da merenda servida é o suficiente (Gráfico 06), (12) diz que a quantidade servida é suficiente e (08) diz que a quantidade servida é insuficiente. De acordo com a nutricionista responsável pela merenda escolar à elaboração de um cardápio alimentar é direcionado de acordo com os parâmetros sugeridos pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o mesmo é elaborado pela nutricionista, uma profissional de extrema importância para dar suporte técnico para gastar melhor o dinheiro público, com uma nutrição saudável e alimentos balanceados de acordo com as necessidades das crianças.

Gráfico 6 - A quantidade servida é suficiente ou insuficiente?

Fonte: Elaborada pela Autora. 2018.

4.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

No estudo de campo fez-se uma observação participante na escola, com objetivo de trazer um olhar mais real e detalhista das ações correntes no horário da alimentação das crianças. Neste sentido, foram realizadas cerca de dez visitas à escola. Estas visitas na escola foram sempre no período da manhã por ser um turno onde possui mais alunos e mais funcionários. Também relatou que a merenda servida no período da tarde é preparada por auxiliares de serviço gerais que atuam neste horário, conforme o cardápio do dia sugerido pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação. Por estes argumentos, solicitei a permissão para realizar as visitas no horário da manhã. Durante as visitas, busquei analisar três momentos: 1) a preparação a alimentação pela merendeira; 2) a estrutura e funcionamento da escola e; 3) o momento da alimentação e do recreio das crianças.

A seguir são apresentadas as reflexões suscitadas na observação participante e aquelas geradas pela aplicação dos questionários junto aos gestores e atores sociais que participam da alimentação escolar.

4.3 ALIMENTAÇÃO

A alimentação escolar compreende um papel transformador e auxiliador das ações construtivas na caminhada da vida das crianças, pois transfere um aprendizado em seu olhar para o alimento, as construções significativas da alimentação saudável e o quanto significativa as ações são para seus hábitos. Entende-se que existe uma compreensão do que caracteriza e constrói os hábitos dos indivíduos, que abrange o ato de escolha, sendo uma ação individual, porém com influência de variáveis que interagem nessa escolha individual como questões culturais, de identidades, de pertencimento e, particularmente, das preferências e idiossincrasias alimentares.

O olhar para a alimentação escolar a partir dos diferentes executores do PNAE no município de Lauro de Freitas explicita uma análise da própria observação que esses atores têm sobre o programa, os quais verificam suas próprias ações dentro dessa construção significativa que assume a alimentação escolar para as crianças.

Hoje a alimentação escolar do Município de Lauro de Freitas atende um total de 27 mil alunos da rede pública. A alimentação servida nas escolas municipal é garantida por ações financeiras conjuntas do PNAE (via FNDE) e pela Prefeitura.

Assim, o Município garante a alimentação escolar num valor de cinco vezes o repasse

complementar do Programa.

A garantia da alimentação escolar nas escolas vem se pautando no questionável olhar sobre a alimentação para matar a fome das crianças pobres. Na realidade, alguns bairros no Município são carentes social e economicamente. É verificado que em alguns bairros do município muitas crianças se alimentam apenas com a refeição servida na escola.

O gestor traz para a discussão ao observar o local, as particularidades das crianças do município e as necessidades de cada escola. O mesmo relata que, no caso de escolas públicas pobres, ocorrem conversas com diversos gestores responsáveis por outras escolas públicas, para ajudar na situação, buscando garantir uma alimentação a mais no cardápio dessas escolas vulneráveis. Fazendo doação de cestas básicas para as famílias dessas crianças. O gestor traz para o debate a compreensão de que a criança com fome não tem rendimento e nem consistência para estudar. De acordo com Abreu (1995, pg.17):

A merenda só pode deixar de ser "comida para carente" se as políticas públicas de alimentação escolar, reconhecendo a situação de pobreza e miséria da maioria dos alunos da escola brasileira, garantirem o fornecimento de mais de uma refeição diária, sendo uma delas administrada quando a criança entra na escola (ABREU, 1995, pg. 17).

Diante disso, o Presidente do CAE analisa que a alimentação servida nas escolas é de qualidade no sentido de ter certificação de segurança, pois atende a todos os aspectos nutricionais e saudáveis para garantir que a criança não sinta fome enquanto esta na escola. Ainda, segundo o entrevistado, o valor financeiro repassado garante o fornecimento de uma alimentação saudável, equilibrada e, principalmente, de qualidade.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

Tabela 2 - Tipos de valores *per capita* dos repasses institucionais - Governo Federal, ano 2017.

Modalidades de Ensino	Valor per capita
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental	R\$ 0,36
EJA	R\$ 0,32
Quilombola	R\$ 0,64
Indígena	R\$ 0,64
Atendimento Educacional Especializado	R\$ 0,53
Período Integral	R\$ 1,07

Fonte: FNDE, 2017

É importante salientar que cada modalidade de ensino possui necessidades nutricionais específicas, sobretudo, em relação à necessidade energética e proteica pela questão da faixa etária do aluno, diretamente associada às etapas de crescimento e desenvolvimento, considerando também o período em que as crianças permanecem na escola, hábitos culturais, entre outros fatores.

Desta forma, o papel dos gestores do programa é equilibrar o bem estar alimentar e social referente ao nutricional e à adequação nos cardápios alimentares e, também, incorporar a produção local dos agricultores- produtores desses alimentos, refletindo o contexto cultural e social da realidade escolar.

O olhar dos executores municipais do PNAE para a alimentação escolar tem refletido para uma ação de garantia do direito da criança à alimentação.

Este olhar traz a lógica da qualidade alimentar, pois implica o quão importante é a merenda, tanto para o rendimento do aluno quanto para a nutrição do corpo, em regiões mais vulneráveis do município. As dificuldades encontradas na alimentação escolar em Lauro de Freitas esbarram no descumprimento da garantia de qualidade dos produtos entregues nas unidades escolares; na fiscalização no processo, pois são poucos técnicos responsáveis para atender um grande número de escolas; quanto ao aspecto de tarefas e procedimentos, como no caso de não possuir transporte disponível pela Secretaria para deslocamento da Nutricionista para acompanhar e monitorar a manipulação e distribuição da alimentação no município, bem como na composição dos cardápios, na articulação de projetos e na oferta de palestras sobre a alimentação dos escolares.

Atualmente a alimentação servida nas escolas Municipal segue rigorosamente o cardápio escolar elaborado pela Nutricionista responsável no município. Esta elabora o cardápio e depois repassa para as escolas, via email. Conforme relato da Nutricionista, a organização dos cardápios escolares depende de três aspectos: 1) se o contemplam questões nutricionais, para que cada modalidade de ensino atinja a necessidade nutricional que a criança está no período letivo; 2) se existe estrutura física e local para elaborar as preparações do cardápio e 3) se existe a disponibilidade de produtos, conforme a época do ano.

A preparação e a execução do cardápio são de responsabilidade da merendeira, que possui um papel importante no arranjo do PNAE, pois é um membro fiscalizador dos alimentos e, ainda, a “fada madrinha das comidas”. É a merendeira que manipula e apresenta o produto final e que está exposta à avaliação dos alunos diretamente, pois são eles quem dá o veredito sobre o alimento. Diante da alimentação escolar, o PNAE aborda uma ação de promoção da alimentação saudável, de educação alimentar, de novos hábitos, além de introduzir produtos locais na merenda escolar. Com essa perspectiva, é notável na escola que o Programa acarrete uma importante e significativa construção para a formação dos futuros adultos.

Na esfera do PNAE, entende-se que o programa promove a articulação das ações fomentadoras para a construção de uma nova perspectiva entorno da alimentação escolar. É um trabalho grandioso e árduo, pois o olhar reformista, sugerido por Morgan e Sonnino (2010), no sentido de ancorar várias temáticas e ações conjuntamente, numa política, já foi lançado pelo programa, porém, a prática nem sempre é fácil. O sentido reformista expressado aqui diz respeito à articulação entre a alimentação escolar diretamente à produção do alimento, aos meios de produção, tornando o ambiente escolar como promotor da formação crítica e, principalmente, promovendo a interdisciplinaridade do programa para tratar da alimentação.

A alimentação servida nas escolas Municipal é atendida por produtos advindos da agricultura familiar, em que o Município consegue adquirir um percentual de no mínimo 30% dos produtos da merenda escolar a partir da aquisição dos agricultores familiares. Porém o município não possui agricultores locais e os produtos da Agricultura familiar é fornecido por uma Cooperativa de Agricultores de município vizinho que fornece três produtos (leite em pó, polpa de frutas e iogurte). Os outros ingredientes para alimentação são adquiridos através de fornecedores que concorreram em licitação para garantir o alimento com qualidade e segurança para os alunos da rede municipal de ensino. Nas escolas pesquisadas, onde mais chamou a atenção foi o fato de que alguns produtos para alimentação escolar ainda não são

ofertadas por alimentos da agricultura familiar no caso das verduras, frutas, hortaliças e etc.

Gerando uma perspectiva na qualidade da alimentação escolar na busca por produtos mais naturais, saudáveis, frescos e caseiros através de reuniões com o CAE, gestores escolares e Secretaria Municipal de Educação para que esses produtos sejam oriundos da agricultura familiar. Os executores do PNAE no município, que foram entrevistados neste estudo, entendem serem estas questões de grande significância na composição alimentar consumida pelos alunos. O fato de os alunos saberem que as frutas, legumes e pães não serem da agricultura familiar, na opinião dos entrevistados, isso não gera economia e nem sustentabilidade local e não estabelece um vínculo com “a origem do alimento”. Mas, devido ao estudo de campo, percebeu-se que não são todos os alunos que sabem de onde vem o alimento que consomem tanto aqueles consumidos na escola, mas também aqueles consumidos em casa.

O Município possui uma central da merenda escolar onde é produzidas e distribuídas a alimentação e apenas as creches municipais possuem cozinha com uma estrutura pequena.

A Central da merenda possui um quadro de pessoal de 04 cozinheiras (merendeira), 06 auxiliares de cozinhas, 03 nutricionistas e 03 ajudantes. O horário de funcionamento ocorre em 02 turnos distintos já que a preparação acontece as 04h da manhã para transportar para as escolas a partir das 08:30h.

Nas entrevistas com as gestoras escolares do município, todas pontuaram a proposta da atual Prefeita Municipal de descentralizar a merenda escolar com a construção de uma cozinha em cada escola para que a alimentação seja produzida com qualidade suficiente e eficiência na distribuição já que muitas das vezes há atraso na entrega por conta do roteiro da central para distribuição nas escolas da rede municipal.

4.4 SAÚDE

A educação serve para estabelecer um diálogo direto entre questões que envolvem os hábitos, os comportamentos, os valores, a identidade e a construção de autonomia dos indivíduos. Assim, também, a saúde e alimentação favorecem para a estruturação de hábitos e comportamentos alimentares saudáveis.

A Diretora também comentou que o tema da alimentação percorre todos os anos escolares das crianças na escola, de forma que cada professor é livre para abordar o assunto. Disse, também, que se tem trabalhado com a pirâmide alimentar e com questões alimentares, por exemplo, de onde vem e quem produz os alimentos. A Diretora salientou que uma

professora em específico, que dá aula para os alunos pequenos (1º ano), trabalha bastante com o tema da alimentação saudável, desenvolvendo uma oficina na sala de aula, com uma didática específica para crianças. Nas oficinas, a referida professora com ajuda de outros profissionais, trabalha com o tema das frutas, a diversidade das frutas, a necessidade de comê-las e, ainda, realiza o preparo de alguns alimentos na sala de aula, para estimular os alunos a trabalharem com os alimentos. Infelizmente, devido à incompatibilidade de horários não tive a oportunidade de conversar com esta professora, que parece levar diretamente o tema da educação alimentar saudável para dentro da sala de aula.

A Diretora verifica na ação educacional desenvolvida especificamente pela professora, a necessidade de se realizar um aprendizado para com os pequenos (escolares). Sinaliza que os alunos ficam animados nas oficinas e que nota resultados positivos no interesse desses alunos em comer frutas. Diante dessa ação pedagógica desenvolvida na escola, nota-se que as crianças podem aprender com o novo, tanto que o próprio ambiente é propício para isso, dando-lhes informações sobre a alimentação, quais os alimentos mais nutritivos e os que devem participar da dieta das crianças diariamente. Desta forma, essas crianças passam a construir um novo olhar sobre a alimentação. O interessante é que este novo olhar sobre a alimentação gerada no ensino das crianças não fique concentrado na escola, mas que este olhar possa chegar a casa, na forma de, um gosto para um prato específico uma fruta que gosta o comer a salada, o diálogo com o outro para a importância de uma alimentação e, ainda, a prática de atividades físicas. Mas, para que esta ação seja fortalecedora para as crianças é necessário que o ambiente escolar tenha um posicionamento similar ao proposto enquanto alimentação saudável.

Para (MACIEL, 2001, pg.150) Um aspecto interessante na alimentação é analisar as dimensões que envolvem suas escolhas, quanto o que se come, como se come, quando se come e o quê e com quem comemos. Para este autor, a partir dessas escolhas, a alimentação expressa à satisfação (bem-estar), os gostos, as sensações dos indivíduos e aborda a complexidade do alimentar-se, pois não fica reduzida apenas ao comer, mais todas as situações do ambiente.

Os entrevistados, em geral, perceberam uma melhoria na alimentação escolar, desde a Lei 11.947 que possibilitou a aquisição de alimentos de agricultores familiares. Entendem que foi agregado o bem estar da criança, que passou a desfrutar de alimentos saudáveis. Foi citado, inclusive, que alguns dos alimentos são alimentos orgânicos, com menos oferta de produtos industrializados, de maior qualidade, que atendem as necessidades nutricionais nos cardápios enquanto estes permanecem na escola. Esta alimentação servida na escola é o

instrumento que reflete o PNAE para os alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise realizada ao longo do TCC, verificou-se que o PNAE vem trabalhando com ações e temáticas, que subentende novos objetivos e ações na sua trajetória de atuação, dentro disso, atualmente desenvolve iniciativas para a educação alimentar e nutricional, com diálogo direto no ambiente escolar, com abordagem responsável na valorização, mudança e preservação de hábitos e práticas alimentares. Percebe-se pela análise realizada sobre o programa, que o mesmo, apresenta ações que desencadeiam essa preocupação na complexidade da alimentação escolar, porém nem sempre os objetivos são alcançados e os resultados são conforme o planejado na execução do programa.

Na análise da pesquisa constatou-se que boa parte dos estudantes consome a merenda escolar, também questionaram o cardápio repetitivo, quantidade insuficiente e qualidade inadequada. Cenário que não condiz com a finalidade do PNAE que tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

No município de Lauro de Freitas/Ba foi observada uma insatisfação e uma aceitabilidade por ser muitas das vezes a única alimentação do aluno.

A alimentação precisa se fortalecer através da compra direta de alimentos através da agricultura familiar local para oferecer uma alimentação de qualidade e quantidade adequada para os alunos.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do PNAE, que está em conformidade com as diretrizes do PNAE, portanto o CAE é um órgão de muita importância para o município na sua atuação para viabilizar as melhorias na qualidade e aceitabilidade da alimentação escolar.

Atualmente o Conselho de Alimentação Escolar no município possui 07 representantes com mandato de quatro anos, sendo (01) do poder executivo, (02) representante de pais, (02) da sociedade civil e (02) servidores da educação. Os participantes do conselho atuam somente na fiscalização da prestação de contas e nas visitas esporádicas às escolas, não ampliando suas funções que seria muito importante na intervenção para zelar pela qualidade dos alimentos,

em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos aos alunos.

Ao longo da pesquisa constatou-se que a atuação do CAE é limitada aos conselheiros, não dialogando com os gestores escolares, onde seria muito importante essa relação para que sua execução fosse efetiva e eficaz na busca pela qualidade e aceitabilidade por parte dos alunos.

Foi notada no ambiente escolar a falta de conhecimento dos gestores sobre a atuação do CAE e a funcionalidade do PNAE. Como isso se recomenda promover capacitação para os gestores, a fim de compreender o que determina a Política de Alimentação Escolar e fazer cumprir o papel do Estado, assim os gestores estarão aptos para interagir e dialogar com a comunidade local, visualizando indicadores que impactam na perspectiva do Desenvolvimento econômico, social, na Segurança Alimentar e na sustentabilidade do município, com isso contribuindo para a promoção de novos comportamentos e hábitos alimentares dos alunos. Contudo os gestores passaram a ter uma compreensão da política pública do (PNAE), a importância do CAE e os alunos compreenderem a importância de uma alimentação saudável e o impacto para sua vida quando adulta.

Por fim, com a análise realizada neste estudo espero de alguma forma, contribuir com os gestores e a sociedade civil local, com informações e observações sobre a problemática da alimentação escolar no Município.

REFERÊNCIAS

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>. Acesso em: 10 mai. 2018.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <[http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacaoescolar-material-de-divulgacao/alimentacaomanuais/item/5166-manual-paraaplica% C3%A7%C3%A3o-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae](http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacaoescolar-material-de-divulgacao/alimentacaomanuais/item/5166-manual-paraaplica%C3%A7%C3%A3o-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae) > Acesso em: 10 jun. 2018.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Programas/PNAE, Histórico* Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. Estudos Avançados. Vol.19, no. 55, São Paulo, Set./Dec. 2005.

DANELON, Maria Angélica Schievano; DANELON, Mariana Schievano; SILVA, Disponível em: <http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/semec-secretaria-municipal-de-educacao/136>. Acesso em: 30 mai. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Cidades, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/lauro-de-freitas/panorama>. Acesso em 30 de Maio de 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Resultados e metas – escola. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acesso em: 10 abril de 2015.

MALUF, Renato S. Alimentação, escola e agricultura familiar. Estudo de Observação de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), nº 26, maio de 2009, p.1-3.

Mariana Vieira da. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 13(1): 85-94, 2006.

Saraiva EB, Silva APF, Sousa AA, Cerqueira GF, Chagas CMS, Toral N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cien Saude Colet* 2013; 18(4):927- 936.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIOS

A – GESTORES ESCOLARES

1. A qualidade da merenda?
() Boa () Ótima () Péssima
2. A merenda escolar é suficiente ou insuficiente
() sim () não
3. O CAE acompanha e fiscaliza a merenda diretamente na escola?
() sim () não
4. O conselho tem exercido alguma função no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional? Qualidade dos alimentos oferecidos?
() sim () não
5. Parte merenda é adquirida pela agricultura familiar?
() sim () não
6. Existem visitas periódicas nas escolas pelos nutricionistas?
() sim () não
7. No município é desenvolvida alguma atividade de educação alimentar nas escolas, por parte do PNAE?
() sim () não
8. A aceitação da merenda pelos alunos?
() 100% () 70% () 50% () 30% () 10%
9. Cozinheiras e merendeiras são capacitadas, atendendo as diretrizes do Pnae?
() sim () não
10. Existe alguma supervisão ou avaliação da merenda escolar servida na escola? Até mesmo por parte da secretaria?
() sim () não

B – ALUNOS

1. Você gosta da merenda oferecida na escola?
 Gosta Não gosta Não gosta, mas come.
2. Você come a merenda oferecida pela escola?
 Sempre Às vezes Nunca
3. Motivo da não aceitação da merenda escolar?
 Inadequação do cardápio falta necessidade sabor desagradável
4. A merenda na escola é importante para você?
 É importante Não é importante
5. Por que a alimentação na escola é importante?
 Necessidade Saudável/ nutritiva Sabor agradável
6. A quantidade servida é suficiente ou insuficiente?
 Suficiente Insuficiente